



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Depto Legislativo  
Fisi. 39  
F

MENSAGEM Nº 118 / 2022.

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus sinceros cumprimentos, ao mesmo tempo, no uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 72 da Lei Orgânica, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi **VETAR INTEGRALMENTE POR INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL** o Projeto de Lei nº 4323/2022, que dispõe "*Fica autorizada a expedição de receitas médicas e odontológicas digitadas em computador no Município de Porto Velho e dá outras providências*".

Consultada a Procuradoria Geral do Município, esta sugeriu nos seguintes termos:

"O projeto de lei de autoria legislativa tem por finalidade a obrigatoriedade para os profissionais da área da saúde da rede pública e privada a emissão de receitas médicas ou odontológicas de forma digital.

Verifico que o texto aprovado pela Câmara Municipal, estabelece atribuições para servidores e órgãos/secretarias da rede pública municipal, além de profissionais da iniciativa privada.

Desse modo, pertinente aos servidores e órgãos/secretarias o projeto de lei, padece de Inconstitucionalidade Formal, por violação aos arts. 4º, 65, § 1º, incisos III e IV da Lei Orgânica Municipal e por simetria a Constituição do Estado de Rondônia (Arts. 7º, parágrafo único, 39, § 1º, inciso II, alíneas "b" e "d"), *in verbis*:

## LOM-PVH

**Art. 4º** São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

(...)

art. 65. (omissis)

§ 1º São de **iniciativa privativa do Prefeito as leis** que disponham sobre:

III – **servidores públicos municipais**, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

IV – **criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgão da Administração Pública Municipal**;

(...)

## CE/RO

**Art. 7º** São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



Parágrafo único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, não podendo, quem for investido em cargo de um deles, exercer o de outro.

(...)

**Art. 39. (...)**

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

(...)

II – disponham sobre:

(...)

b) **servidores públicos do Estado**, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

(...)

d) **criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo.** (negritei)

Consequentemente, o projeto de lei, viola o Princípio da Separação dos Poderes, em razão que estabelece atribuição para secretaria municipal de saúde e seus servidores. Ao enfrentar o tema, no campo jurisprudencial, é consolidado o entendimento pela Inconstitucionalidade desse tipo de projeto de lei, veja:

**TJ/RO**

**Ação direta de inconstitucionalidade.** Lei municipal que institui criação de hortas comunitárias e compostagem. Vício de iniciativa. Existência. Lei que cria e altera a estrutura ou a atribuição de órgãos da Administração Pública Municipal. Ação julgada procedente. **Usurpa da competência privativa do chefe do Poder Executivo lei de iniciativa parlamentar que cria despesa para a Administração, estrutura e atribuição de seus órgãos.**

**A tarefa de administrar o município, dirigida ao Executivo, compõe o planejamento, organização e direção dos serviços públicos, o que abrange, efetivamente, o desenvolvimento das atividades inerentes à Secretaria de Agricultura, cuja norma questionada atribui diversas obrigações.**

Há inconstitucionalidade na lei de iniciativa do Poder Legislativo que institui criação de hortas comunitárias e compostagem, cuja esfera de competência é exclusiva do Poder Executivo, contrário ao que dispõe o princípio da divisão dos poderes. **DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, Processo nº 0800482-57.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Tribunal Pleno, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 16/11/2022**

**STF**

**“RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO E SEPARAÇÃO DE PODERES. - O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. É que, em tais matérias, o Legislativo não se qualifica como instância de revisão dos atos administrativos emanados do Poder Executivo. Precedentes. Não cabe, desse modo, ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de**





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Depto. Legislativo  
F

**poderes**, desconstituir, por lei, atos de caráter administrativo que tenham sido editados pelo Poder Executivo, no estrito desempenho de suas privativas atribuições institucionais. Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgride o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação ultra vires do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais” (STF, ADI-MC 2.364-AL, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, 01-08-2001, DJ 14-12-2001, p. 23)”. (negritei)

Sendo assim, encontramos óbice jurídico em todo texto legislativo aprovado pela Câmara Municipal, uma vez que não respeitou as formalidades estabelecidas no processo de elaboração das Lei Municipais, devendo ser vetado de forma integral o PL.

Ante o exposto, sugerimos o **VETO INTEGRAL AO PROJETO DE LEI Nº 4323/2022, POR INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL**, em razão de vício de iniciativa.”

Essas, senhores Vereadores, são as razões que me levaram a **VETAR INTEGRALMENTE** o projeto de lei em causa, a qual submeto à elevada apreciação dos senhores membros da Câmara Municipal.

Porto Velho – RO, 07 de dezembro de 2022.

  
**HILDON DE LIMA CHAVES**  
Prefeito